PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016

> PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE "ME e EPP", - (Art. 48 da LC 147/2014).

O Sr. Amilton Tiago de Souza, Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei nº 8.666/93 e com as alterações posteriores, FAZ PÚBLICO para conhecimento de interessados, que O Município de Imbituva fará realizar no dia **12/08/2016 as 10:00 horas**, (protocolo até 09:30h) em sua sede Administrativa na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações à Rua Prof. José Buhner Junior 462, procedimento Licitatório na modalidade Tomada de Preços.

I - DO OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção, e outros serviços, na rede de Iluminação Pública do Município, conforme Termo de Referência.

II- MENOR VALOR POR LOTE:

LOTE	DESCRIÇÃO	MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção, e outros serviços, na rede de Iluminação Pública do Município, conforme Termo de Referência.	12	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00

§ 1º - O Município disponibilizará, mediante Agendamento Previo, nos dias 09/08/2016 e 10/08/2016, para visita técnica, a ser realizada pelo responsável técnico pela empresa interessada juntamente com o Dep. De Iluminação Publica do Município, para que a empresa tenha conhecimento dos locais e pontos de iluminação pública.

III- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas de contratação da presente licitação, serão empenhadas de acordo com a Lei Orçamentária vigente dos órgãos que compõem a Administração Municipal, na dotação orçamentária específica:

IV - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na Tomada de Preços terão acesso qualquer empresa do ramo, convidado, ou interessado, desde que manifeste sua intenção mediante pedido de edital, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data fixada para realização da licitação.

Os documentos de Habilitação, bem como a Proposta, deverão ser protocolado em envelopes distintos, até às **09:30** horas do dia **12/08/2016** no protocolo geral da Prefeitura com os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
"NOME DA EMPRESA e CNPJ"
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016
ABERTURA: 12/08/2016
HORAS: 10h00min.

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
"NOME DA EMPRESA e CNPJ"
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016
ABERTURA: 12/08/2016
HORAS: 10h00min

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

V - CONDIÇÕES DE CONTRATO

Homologada Licitação a Administração convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias, sujeitando-se este, em caso de recusa, ao disposto nos arts. 64 e 81 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

VI - DO TIPO DE LICITAÇÃO

O tipo de licitação será o de menor preço MENSAL.

VII - DA PARTICIPAÇÃO

No local, data e hora fixados no Preâmbulo deste Edital, cada interessado em participar da Tomada de Preços, entregará até às **09:30** horas do dia **12/08/2016** do julgamento, na seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbituva, os documentos da seguinte forma: Deverão estar inseridos em envelopes devidamente fechado e inviolado na ordem abaixo relacionados, em uma via e rubricadas por elemento credenciado da proponente.

§ 1º - Não será admitida a participação nesta Licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que estejam notificadas pelo Município, que tenham obras/serviços atrasados sem justificativa, que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem às disposições dos arts. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - A empresa deverá estar enquadrada como ME ou EPP, para fazer uso da lei complementar 123/06 e 147/2014, sendo que deverá apresentar juntamente com o Credenciamento ou no envelope 01 da Habilitação, uma Declaração sob as penas da lei devidamente assinada e carimbada pelo responsável contábil pela empresa, **ou** documento emitido por órgão oficial atual, ou ato constitutivo que informe o enquadramento.

VIII – ENVELOPES

ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter os seguintes documentos:

- a) Contrato Social Consolidado e alterações;
- b) Certidão de Regularidade junto a Receita Federal conjunta previdenciária;
- c) Certidão de Regularidade junto a Receita Estadual;
- d) Certidão de Regularidade junto a Receita Municipal (sede da proponente);
- e) Certidão de Regularidade junto ao FGTS;
- f) Certidão negativa trabalhista;
- h) Negativas de pedidos de falência e concordata, expedidas pelos cartórios distribuidores da sede da empresa;
- g) Certidão de Registro da empresa junto ao CREA / CAU;
- h) CNPJ;
- i) CRC – Certificado de Registro Cadastral junto ao Município;
- j) Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico da empresa durante a execução do contrato. (Anexo 02);
- k) Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico pelos serviços, com a proponente, mediante registro em carteira de trabalho, ficha de registro da empresa, ou contrato de prestação de serviços. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembléia de sua investidura no cargo ou contrato social;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

l) Declaração de que concorda com todas as condições estabelecidas no presente edital e documentos pertinentes, bem como, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação. (Anexo 04);

m) Os documentos deverão estar com o prazo de validade em vigência, sendo que os que não constarem validade serão considerados até 90 dias de sua emissão.

n) Atestado de visita técnica.

p) OS DOCUMENTOS EM COPIA DEVERÃO SER AUTENTICADOS, SALVO OS IMPRESSOS VIA INTERNET QUE NÃO CONTENHAM RASURAS OU FALHAS.

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO deverá conter:

O proponente apresentará a proposta em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa, digitada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada pelo proprietário administrador, constando do objeto desta licitação, conforme item II do edital, (modelo Anexo 01), tendo prazo de validade de no mínimo 60 dias.

IX - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

Primeiramente serão abertos os envelopes de Habilitação, sendo conferidos os documentos dos proponentes e vistados por todos os presentes.

Se no entanto as empresas renunciarem do direito de recorrer desta fase o que deverá ser constado em ata, a Comissão de Licitação procederá a abertura dos envelopes nº 02 das Propostas.

- O Envelope nº 02 da empresa que não tiver atendido as Condições de participação será entregue fechado ao Proponente, não decorrendo nenhum direito de recurso à esta empresa.

- As propostas qualificadas mas não vencedoras, ficarão à disposição do Município para fins de comprovação de atendimento às condições gerais da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

- Na ata de abertura das propostas, a critério da Comissão poderão constar observações por parte dos proponentes relativas ao ato, contudo tais observações poderão ou não serem levadas em consideração pela Comissão para efeito de julgamento.

- Ficará expresso que a empresa que se fizer representar no ato da abertura das propostas, concorda e aceita integralmente os resultados da licitação sem direito a qualquer reclamação ou reinvidicação posterior.

- Poderá, a critério da CPL, ser aceito envelopes fora do prazo estabelecido neste edital, quando não existirem no mínimo 02 (dois) participantes, podendo assim, a participação até o segundo interessado por ordem de protocolo.

X - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Na escolha da proposta mais vantajosa a Comissão atenderá para a observação das seguintes condições:

A - Cumprimento de todos os itens do Envelope nº 01 de habilitação.

B - Cumprimento de todos os itens do Envelope nº 02 da Proposta de Preços.

C - O não cumprimento de qualquer dos itens dos envelopes de nº 01 e 02 serão de caráter eliminatório.

D - A Comissão de Licitação procederá ao recebimento e à abertura dos envelopes, podendo realizar tantas sessões quantas forem necessárias para o completo exame de documentos e propostas, e dando prévia ciência a todos os licitantes do horário ou datas que designar.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

E - Será desclassificada a proposta de preço que:

- Ultrapassar o valor fixado
- Cotar valor manifestamente inexecutável.
- Provenham de empresas que não satisfizeram compromissos anteriores com o Município.
- Não atenderem as exigências deste Edital.
- Não serão aceitos documentos ilegíveis com borrões e rasuras.

F - Em caso de empate, proceder-se-á de imediato, a sorteio, primeiramente considerando a Lei Complementar 147/2014 (ART.48) e LC 123/2006, bem como na forma do artigo 45, Parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93.

G - Não serão considerados a favor da empresa qualquer informação além dos elementos solicitados e nem vantagens especiais, além das previstas em lei.

H - Havendo interesse de recurso este deverá ser apresentado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com prazo igual para contrarrazões, e posterior julgamento em igual período.

XI - DO CONTRATO

A - Após a adjudicação e homologação, o proponente vencedor terá até 30 (trinta) dias para cumprir as exigências do Termo de Referência, e após, até 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito a contratação.

C - A recusa da assinatura do Contrato dentro do prazo estabelecido, será considerado como desistência.

D - No caso de desistência, será chamado o proponente classificado em 2º lugar, e assim sucessivamente, desde que concordem em cumprir a proposta vencedora.

E - A empresa contratada responsabilizar-se-á pela qualidade e condições do objeto fornecido.

XII - DO PRAZO

O prazo para execução dos serviços será 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato. Para proceder a assinatura do contrato, a proponente vencedora deverá cumprir todos os quesitos do Termo de Referência.

- A emissão das Ordens de Serviços serão emitida pelo Dep. De Iluminação Pública do Município.

XIII - DO PAGAMENTO

A)- O pagamento da primeira mensalidade após a realização dos serviços, fica condicionada à apresentação da ART da Contratada, e nota fiscal.

B)- O pagamento será feito mensalmente, desde que tenha aceitação dos serviços por parte do departamento responsável.

C) Os pagamentos serão realizados somente por Transferência direto em conta Corrente nominal à contratada, vedado qualquer tipo de pagamento, seja por procuração ou outra forma;

D)- **A Contratada deverá apresentar as notas fiscais, com instruções do Dep. de Contratos do Município, informando o período, número da licitação e contrato, retenção do INSS e ISS e outros dados que julgar conveniente.**

E)- Durante a vigência do contrato a Contratada deverá apresentar junto a Nota Fiscal a CND junto ao INSS e FGTS, sujeito a não liberação dos pagamentos;

F) **A nota fiscal deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, no Máximo 03 (três) dias após sua emissão, NO EMAIL NOTAS@IMBITUVA.PR.GOV.BR , sob pena de não ser recebida.**

XIV - DAS PENALIDADES

O não cumprimento pelo proponente adjudicado das condições do contrato objeto da licitação, implicará nas seguintes penalidades:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

- No caso de não cumprimento do preço e prazo de entrega, multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da licitação, e juros de mora, não excedendo a 2% (dois por centos) do valor total do contrato.
- No caso da não entrega total do objeto multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da licitação.
- A inadimplência implicará, ainda nas seguintes sanções:
 - advertência;
 - suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura por prazo de até 02 anos;
- Declaração de inidoneidade para participação de licitação, ou contratar com a Prefeitura, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação.

XV – FISCALIZAÇÃO, RESPONSABILIDADES, ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA.

A – A fiscalização da execução da obra/serviço será feita pelo Município Contratante com as responsabilidades específicas:

- Inspecionar a qualquer tempo a execução da obra;
- Examinar os registros e documentos que considere necessário conferir que para tanto a Contratada deverá manter no canteiro de obras um projeto completo o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização.
- A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- A Contratada deverá efetuar as visitas, quando achar necessários, dos locais de que se refere o objeto licitado.
- A Contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- Caso a contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o Contratante reserva-se o direito de executa-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então Contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamentos direto ficando, suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 2 anos, bem como poderá ser declarada inidônea, conforme a gravidade da infração e dos danos correntes.
- Assim que a execução da obra/serviço tenha sido concluída de conformidade com o contrato, será emitido termo de recebimento provisório.
- Após, as averiguações de eficácia e funcionamento da obra/serviço, será lavrado o termo de recebimento definitivo pelo Município.
- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra/serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A- A proponente será responsável por danos pessoais (fatais ou não), perdas ou prejuízos materiais e qualquer outra perda, dano, custos e despesas causados, os quais não teriam ocorrido senão pelo exercício do contrato.

B - A Comissão de Licitação tem autonomia para analisar todos os casos omissos, interpretar e dirimir dúvidas que por ventura possam surgir, bem como aceitar ou não qualquer interpelação por parte dos participantes.

C- A Comissão de Licitação durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer proponente informações sobre a documentação exigida, fixando prazo que julgar necessário para o atendimento.

D- A CPL poderá decidir por aceitação de documentos, declarações complementares de interesse ao processo, bem como considerar aqueles similares desde que atenda as

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

exigências do edital quanto se tratar de comprovações jurídicas ou declarações. Não serão aceitos documentos para substituir os que tratam de Regularidade Fiscal.

E- O Município reserva-se o direito de anular e/ou revogar a presente licitação ao todo ou em parte, por conveniência administrativa, sem que aos interessados caiba indenização ou reclamação de qualquer espécie.

F- Fica estabelecido que todas e quaisquer informações, esclarecimentos ou danos, fornecidos verbalmente por elementos do Município, não serão consideradas como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações e outros por parte dos proponentes.

G- Por determinação do Contratante a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizer conforme Lei 8666/93.

H - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou na interpretação das Condições Gerais desta Licitação, serão atendidos durante o expediente normal de trabalho da Prefeitura na Secretaria de Administração ou Departamento Licitação.

Imbituva, 22 de Julho de 2016.

Amilton Tiago de Souza
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

TERMO DE REFERÊNCIA

<p>1 - Descrição dos serviços a serem executados, continuamente ou temporariamente, em parques, praças, vias públicas da cidade e do interior, frentes de prédios públicos, e outros serviços complementares relacionados à Iluminação Pública:</p>
<p>* manutenção de toda a rede de iluminação pública do Município de Imbituva, iluminação pública e instalações temporárias em eventos públicos, instalações de novos pontos de iluminação pública (luminárias decorativas e outras) conforme necessidades apresentadas pelo Município.</p>
<p>* habilitação junto à COPEL, para realizar serviços dentro dos padrões exigidos pela concessionária, inclusive com equipamentos de uso geral e pessoal dos profissionais, bem como ferramentas, uniformes identificados, uso de EPI's, veículos próprios, etc.</p>
<p>* a empresa deverá disponibilizar, em até 30(trinta) dias após a contratação, de no mínimo 01 (um) veículo apropriado para os serviços, em pleno estado de funcionamento, devidamente equipado com escada giratória extensível, Caixa de ferramentas, farolete móvel, e outros itens necessários, sendo este veículo com capacidade de no mínimo 1450 kg para suportar a escada e ferramentas, ano de fabricação mínimo 2014. Este veículo deverá estar com Apólice de Seguro Total, identificado " A serviço do Município de Imbituva"</p>
<p>* a empresa deverá remeter documentos solicitados pela concessionária, bem como efetuar melhoramentos de serviços se por ela exigidos, bem como manter arquivados relatórios diários de serviços realizados e materiais aplicados, à disposição tanto do Município, como da Concessionária.</p>
<p>* revisão continua com substituição de lâmpadas e outros materiais necessários, na rede de iluminação pública, em locais fixos ou temporários.</p>
<p>* manter limpa as áreas onde estão existentes redes de iluminação pública, com remoção de resíduos e outros materiais descartados, poda de galhos se necessário.</p>
<p>* efetuar sinalização informativa direcionada aos usuários por meio de placas ou painéis, quando necessário.</p>
<p>* atendimento de solicitações no prazo máximo de 24 horas após registro de chamada</p>
<p>* dispor de plantão 24horas através de telefone 0800,</p>
<p>* atendimento em horário comercial em escritório estabelecido em área central de fácil acesso público, imóvel identificado conforme instruções do Município, com equipe administrativa de no mínimo 01 (uma) pessoa para atendimento ao público em horário comercial, e equipe técnica de no mínimo 02 (duas) pessoas para execução dos serviços.</p>
<p>* a empresa é responsável por qualquer dano ou prejuízo causados ao patrimônio da Copel, ao patrimônio do Município e a de terceiros, sendo que deverá repor ou indenizar a duas expensas no máximo em 07 (sete) dias.</p>
<p>* Os técnicos da empresa contratada deverão estar à disposição sempre que solicitados pelo Município, devendo apresentar-se junto ao Departamento responsável.</p>

2- Equipamentos e ferramentas:

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

Arco de serra 300mm com lamina
Placa sinalizadora e cones de 75cm
Calço para o veiculo
Corda/fita de sinalização
Escada extensível de 4,90x8,60m
Facão de 460mm com bainha
Farolete portátil
Kit de ferramenta para instalação do conector tipo cunha
Lanterna laser
Lima chata tipo murça de 203mm
Serra poda manual, com cabo de 3m
Trena 50m
Volt amperímetro digital 750-1000A, com estojo classe de exatidão 2%
Alicate bico meia cana, cabo isolado
Alicate corte diagonal cabo isolado
Alicate prendedor c/ lamina deslizante (bomba d'água) de 305 mm de comprimento
Alicate universal (200 mm) cobertura isolada
Bainha de couro para ferramentas
Balde de lona para içar materiais 20 l
Bolsa de lona para proteção de luva de borracha
Caixa para ferramentas
Calça padrão Copel com faixa refletiva
Calçado meia bota de couro com solado isolado
Camisa padrão Copel com faixa refletiva
Camiseta algodão
Canivete de 80mm ponta reta
Capacete de aba frontal tipo II - classe B, cores identificadas conf. MIT 163101
Chave de boca ou estrela 17x19 e outras medidas (jogo)
Chave de fenda simples haste isolada, 3,500, 4,00mm, 6,00mm, 8,00mm
Chave inglesa de 20mm e 34mm isolada.
Chave Philips de 1/4", 3/16", isolada
Chave teste
Conjunto de segurança para trabalho em altura.
Capa proteção para dia de chuva
Cordas de 12mm, seda ou algodão, mínimo 15m
Escova de aço para limpeza de cabos.
Espora com correia para poste duplo T (par)
Japona de brim identificada
Luva de borracha 17kv - NTC 817276 EE
Luva de borracha 36 kv - NTC 817296 EE
Luva de BT- 1000 V - NTC 817258 EE
Luva de pelica
Luva de couro vaqueta cano médio
Martelo e marreta com cabo de madeira
Óculos de segurança de lente escura

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA
*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

Óculos de segurança de lente incolor
Mochila de lona para ferramentas
Protetor solar fp 30

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

ANEXO 01:

(COM PAPEL IDENTIFICADO DA EMPRESA).

Edital de Tomada de Preços nº. ____/2016.

"Nome da Empresa

"End. Empresa

"Inscrição Estadual"

"CNPJ"

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Imbituva

Proposta

A empresa " _____ " estabelecida à Rua _____ , nº. __, na cidade de _____, estado do _____, inscrita no CNPJ nº.____, apresenta sua proposta para a Tomada de Preços de nº.____/2016:

LOTE	DESCRIÇÃO	MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção, e outros serviços, na rede de Iluminação Pública do Município, conforme Termo de Referência.	12	R\$ 0.000,00	R\$ 0.000,00

Valor : R\$00,00 (e por extenso)

Validade da Proposta: 60 (dias) (minimo 60 dias).

Local, ____/____/2016.

Assinatura do Responsável
CPF do Responsável

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA
*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

Anexo 02 - MODELO

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº ___/_____

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela empresa, caso venhamos a vencer a referida licitação, é :

nº	Nome	Especialidade	CREA nº	Data do registro	Assinatura do responsável técnico

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

Local, ___ de ___ de 201__.

nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA
*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

ANEXO 03

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Imbituva - Paraná, de..... de 2016.

A

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Imbituva

Assunto: Credenciamento para a participação na Tomada de Preços nº ____/2016.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ /ou (CPF) sob o nº _____ vem pela presente, informar a V.S^{as}, que o(a) Sr^o.(a) _____, residente na Rua xxx, cidade de xxx, Carteira(s) de identidade nº(s) _____, CPF nº. _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica (física) acima citada durante a realização da Licitação em epígrafe, podendo para tanto, assinar proposta, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar contratos e termos, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável

(nome do representante da empresa)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga (item 3.2.3).

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA
*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

ANEXO 04

MODELO DE DECLARAÇÃO

Imbituva - Paraná, de..... de 2016.

Ao

Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Imbituva

Assunto: Declaração de concordância e atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão nº ____/2016.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável (is) legal (is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ /ou (CPF) sob o nº _____ DECLARA:

- **Que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos** desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, na forma do artigo 7.º inciso XXXIII, da constituição federal;
- **Que Não foi declarada inidônea para licitar** por nenhum órgão federal, estadual ou municipal,
- **Não há superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente**, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93,
- **Que concorda e satisfaz** plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado.

Assinatura Identificável

(nome do representante da empresa)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

Anexo 05

CONTRATO N.º __/201__

O **MUNICÍPIO DE IMBITUVA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.175.892/0001-23, com sede administrativa na Rua Prefeito José Bühner Junior, nº 462, centro, Imbituva/Pr, neste ato representado pelo Ex.º Prefeito Municipal Sr. **BERTOLDO ROVER**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº 2.099.738-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 374.282.179-20, residente e domiciliado à Rua Xavier da Silva, nº 260, centro, Imbituva/Pr, neste ato designado simplesmente Contratante, e a empresa **XXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 000000000, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXXXXX, nº. 0000 - XXXX/PR, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, xx, xx, empresário, portador da CI-RG 00000/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 00000, residente e domiciliado à Rua xxxxxx, nº.000, xxx/PR, a seguir denominado Contratado, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições da **Tomada de Preços n.º /2016**, pelos termos da Homologação final datada em 00/00/201__ e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de **Empresa para xxxxxxxxxx**, conforme projeto e planilhas anexas ao Processo Licitatório.

Parágrafo único: O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal 8.666 de 21/06/1993, com as modificações constantes na Lei Federal nº 8.883 de 08/06/1994, decorrente da licitação na modalidade de Tomada de Preços nº. /201x.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pela satisfatória execução dos serviços, a Contratante pagará a Contratada, o valor máximo global de **R\$ 000,00** (xx reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DURAÇÃO

O **prazo para a execução** dos serviços será de até **00 (xxx) meses**, a partir da emissão da Ordem de Serviços, sendo a **vigência de 00 (xx) meses** a contar de 00/00/00 a 00/00/00.

Parágrafo Único: Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos do artigo 57, §§ 1º e 2º da Lei Federal n.º 8666/93.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A)- O pagamento da primeira mensalidade após a realização dos serviços, fica condicionada à apresentação da ART da Contratada, e nota fiscal.

B)- O pagamento será feito mensalmente, desde que tenha aceitação dos serviços por parte do departamento responsável.

C) Os pagamentos serão realizados somente por Transferência direto em conta Corrente nominal à contratada, vedado qualquer tipo de pagamento, seja por procuração ou outra forma;

D)- **A Contratada deverá apresentar as notas fiscais, com instruções do Dep. de Contratos do Município, informando o período, número da licitação e contrato, retenção do INSS e ISS e outros dados que julgar conveniente.**

E)- Durante a vigência do contrato a Contratada deverá apresentar junto a Nota Fiscal a CND junto ao INSS e FGTS, sujeito a não liberação dos pagamentos;

F) **A nota fiscal deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, no Maximo 03 (três) dias após sua emissão, NO EMAIL NOTAS@IMBITUVA.PR.GOV.BR , sob pena de não ser recebida.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

Os recursos para cobertura do disposto no presente instrumento, serão originárias: Conforme edital.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado poderá ser reajustado em caso de renovação contratual, a critério da Administração Municipal, por Índice Oficial de inflação. Dar-se-á após análise e parecer favorável da Administração Municipal, por meio de assinatura de Termo, de acordo com a Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

A Contratada não poderá transferir o presente Contrato, sem o expresse consentimento da **Contratante**, dado por escrito sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços ficará sob responsabilidade do Dep. De Iluminação Pública, por funcionário designado pela Secretaria de Administração.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

À CONTRATADA serão aplicadas multas pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a** - no caso de não cumprimento de entrega da obra, multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da licitação, e juros de mora, não excedendo a 2% (dois por cento) do valor total;
- b** - no caso da inexecução total dos serviços multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da licitação, e retenção do valor depositado pelo Contratado em garantia de proposta.
- c** - tendo em vista a Garantia de Proposta apresentada, em sua validade poderá ser cobrada pelo Município, em caso de não cumprimento satisfatório dos serviços e materiais contratados, seja por qualquer motivo.

A inadimplência implicará ainda nas seguintes sanções:

- a** - advertência;
- b** - suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura por prazo de até 02 (dois) anos;
- c** - declaração de inidoneidade para participação de licitação, ou contratar com a Prefeitura, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

§ 1º Compete à Administração juntamente com a Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, quando for o caso, por proposta da fiscalização, a aplicação de multas, tendo em vista a gravidade da falta cometida pela CONTRATADA.

§ 2º Da aplicação de multas, caberá recurso à CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada a justificativa exposta; a CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, precedente ou improcedente a penalidade a ser imposta, devendo fundamentá-la e, se improcedente, a importância recolhida pela CONTRATADA será devolvida pela CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias, contados da data do julgamento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA DA OBRA/SERVIÇO

A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do art. 1.245 do Novo Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações.

Parágrafo Único: Deverá o contratado, manter a disposição dos funcionários todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação obrigando-se a fiscalizar o uso dos mesmo e responsabilizando-se por quaisquer danos que venha a ocorrer em razão de eventuais acidentes de trabalho no canteiro de obras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Também obriga-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto deste contrato será recebido por Responsável Técnico e Comissão designada pelo CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados, até o seu definitivo recebimento, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

§ 1º: A contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.

§ 2º: O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

§ 3º: A rescisão do presente contrato poderá se dar sob qualquer das formar delineadas no artigo 79, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a Contratante e a Contratada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova da entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme LEI 12.846/2013 DECRETO 8.420/2015.

§ 1º: Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§ 2º: Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§ 3º: Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e pelos princípios gerais de direito.

§ 1º - As condições previstas no edital, mesmo que não explicitas neste contrato, fazem parte do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituva/Pr, 00 de xxx de 201_.

BERTOLDO ROVER
Prefeito Municipal de Imbituva
Contratante
Testemunhas:

xx
CPF:000

XXXX
xxx
Contratado

xx
CPF:000